



2025/957

20.5.2025

DECISÃO (PESC) 2025/957 DO CONSELHO
de 20 de maio de 2025

que altera a Decisão (PESC) 2024/1484 que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação na Rússia

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 29.º,

Tendo em conta a proposta da alta representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 27 de maio de 2024, o Conselho adotou a Decisão (PESC) 2024/1484 ⁽¹⁾.
- (2) A União permanece inabalável na sua condenação das violações dos direitos humanos e da repressão na Rússia.
- (3) Atendendo à gravidade da situação, o Conselho considera que 28 pessoas singulares deverão ser aditadas à lista das pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos que figura no anexo da Decisão (PESC) 2024/1484.
- (4) Por conseguinte, a Decisão (PESC) 2024/1484 deverá ser alterada em conformidade,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O anexo da Decisão (PESC) 2024/1484 é alterado nos termos do anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 20 de maio de 2025.

Pelo Conselho

A Presidente

K. KALLAS

⁽¹⁾ Decisão (PESC) 2024/1484 do Conselho, de 27 de maio de 2024, que impõe medidas restritivas tendo em conta a situação da Rússia (JO L, 2024/1484, 27.5.2024, ELI: <http://data.europa.eu/eli/dec/2024/1484/oj>).

ANEXO

No anexo da Decisão (PESC) 2024/1484, na rubrica «A. Pessoas singulares», à lista de pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos do quadro, são aditadas as seguintes entradas:

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
«20.	Olesya Anatolejevna MENDELEYEVA (Олеся Анатольевна МЕНДЕЛЕЕВА)	Cargo: juíza do Tribunal de Meshchansky, em Moscovo Data de nascimento: 18.4.1981 Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Olesya Mendeleyeva é juíza do Tribunal de Meshchansky, em Moscovo. Condenou Alexei Gorinov, um ativista local e deputado municipal, a sete anos de prisão com base em acusações com motivações políticas, nos termos do artigo 207.1 do Código Penal da Federação da Rússia, relativo à divulgação de informações deliberadamente falsas sobre as ações das Forças Armadas da Federação da Rússia. A base para a condenação foi uma opinião que Alexei Gorinov expressou durante uma reunião do Conselho de Deputados do distrito municipal de Krasnoselsky, segundo a qual um concurso de desenhos infantis após a agressão da Ucrânia pela Rússia parecia um “banquete em tempos de peste”. O julgamento foi célere e, segundo peritos independentes, serviu de instrumento de intimidação para outros cidadãos russos dissidentes. Esta condenação foi uma das primeiras penas de prisão aplicadas por um juiz russo ao abrigo do artigo 207.1 do Código Penal que não foram suspensas. Durante o julgamento, a juíza Mendeleyeva colocou-se frequentemente do lado da acusação e indeferiu quase todos os pedidos da defesa e do arguido, incluindo um pedido para que fosse libertado devido à deterioração do seu estado de saúde. A juíza Mendeleyeva considerou procedentes todos os pedidos da acusação e condenou Alexei Gorinov a sete anos de prisão por ação não violenta. Essa prisão levou a uma deterioração considerável do estado de saúde de Alexei Gorinov numa colónia penal e a que não lhe fossem prestados cuidados médicos adequados. Por conseguinte, Olesya Mendeleyeva é responsável por violações graves dos direitos humanos, pela repressão da oposição democrática, e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
21.	Olga Vladimirovna BALANDINA (Ольга Владимировна БАЛАНДИНА)	Cargo: juíza do Tribunal da Cidade de Sovetsky, no <i>oblast</i> de Calininegrado Data de nascimento: 5.6.1979 Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Olga Balandina é juíza do Tribunal da Cidade de Sovetsky, no <i>oblast</i> de Calininegrado. Condenou Igor Baryshnikov, ativista local, a sete anos e meio de prisão com base em acusações com motivações políticas nos termos do artigo 207.1 do Código Penal da Federação da Rússia, pela publicação de conteúdos sobre os bombardeamentos de Mariupol pela Rússia e pelas atrocidades cometidas em Bucha. Durante o julgamento, apesar de um médico assistente que depôs sob juramento ter afirmado que a prisão poderia ser fatal para Igor Baryshnikov devido a uma cistostomia e a ser portador de um cateter abdominal, a juíza recusou a realização de um exame forense à saúde do arguido. Consequentemente a prisão levou a que não fossem prestados a Igor Baryshnikov cuidados médicos adequados na colónia penal e à deterioração do seu estado de saúde. A juíza também recusou dar autorização a Igor Baryshnikov para que estivesse presente no funeral da sua mãe, falecida um mês e meio após a condenação. Por conseguinte, Olga Balandina é responsável por violações graves dos direitos humanos, pela repressão da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
22.	Svetlana Fyodorovna ZHURAVLOVA (Светлана Фёдоровна ЖУРАВЛЁВА)	Cargo: assistente sénior da Procuradoria Interdistrital de Meshchansky Data de nascimento: 8.7.1988 Nacionalidade: russa Endereço: 1 Krasnoselsky per. 5/14, 107140 Moscovo	Svetlana Zhuravlova é adjunta principal da Procuradoria Interdistrital de Meshchansky. Exerceu funções de procuradora durante o julgamento de Alexei Gorinov. Alexei Gorinov é um ativista local e deputado municipal que foi condenado a sete anos de prisão com base em acusações com motivações políticas nos termos do artigo 207.1 do Código Penal da Federação da Rússia, relativo à divulgação de informações deliberadamente falsas sobre as ações das Forças Armadas da Federação da Rússia. O fundamento para a condenação foi uma opinião que Alexei Gorinov expressou durante uma reunião do Conselho de Deputados do distrito municipal de Krasnoselsky, segundo a qual um concurso de desenhos infantis após a agressão da Ucrânia pela Rússia parecia um “banquete em tempos de peste”. O julgamento foi célere e, segundo peritos independentes, serviu de instrumento de intimidação para outros cidadãos russos dissidentes. Esta condenação foi uma das primeiras penas de prisão aplicadas por um juiz russo ao abrigo do artigo 207.1 do Código Penal que não foram suspensas. A procuradora Svetlana Zhuravlova indeferiu todos os pedidos da defesa, que poderiam ter melhorado a situação do arguido ou esclarecido a situação jurídica, incluindo o pedido para retirar Alexei Gorinov da cela de vidro em que teve de permanecer durante o julgamento, um pedido para o libertar da detenção devido à deterioração do seu estado de saúde ou o pedido de verificação da conformidade do artigo 207.1 com a constituição russa. A juíza concordou com a procuradora Svetlana Zhuravlova em todos os pedidos acima mencionados. A procuradora Svetlana Zhuravlova pediu ao tribunal a condenação de Alexei Gorinov a sete anos de prisão por ação não violenta, pedido que considerado integralmente procedente pela juíza. Essa prisão levou a uma deterioração considerável do estado de saúde de Alexei Gorinov na colónia penal e a que não lhe fossem prestados cuidados médicos adequados. Por conseguinte, Svetlana Zhuravlova é responsável por violações graves dos direitos humanos ou pela repressão da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
23.	Alexey Sergeyevich KHARLAMOV (Алексей Сергеевич ХАРЛАМОВ)	Cargo: presidente do Tribunal Regional de Moscovo Data de nascimento: 25.1.1975 Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Alexey Kharlamov é presidente do Tribunal Regional de Moscovo, anteriormente foi juiz do Supremo Tribunal da Federação da Rússia e membro do Presidium do Supremo Tribunal. Na qualidade de membro do Presidium do Supremo Tribunal da Federação da Rússia, em abril de 2018, confirmou o veredicto contra o político da oposição Alexei Navalny e o seu irmão Oleg no “processo Yves Rocher”, apesar de, em outubro de 2017, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ter decidido que a Rússia havia violado o direito dos irmãos Navalny a um processo equitativo e a uma pena equitativa exclusivamente com base na lei. Consequentemente, Alexei Navalny foi considerado culpado e, em resultado disso, anos mais tarde, foi preso numa colónia penal de alta segurança, a fim de o impedir de participar em atividades políticas. Por conseguinte, Alexey Kharlamov é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia	20.5.2025
24.	Tatiana Alexandrovna MOLITVINA (Татьяна Александровна МОЛИТВИНА)	Cargo: juíza do Tribunal da Cidade de Moscovo Data de nascimento: 28.3.1987 Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Tatiana Molitvina é uma juíza do Tribunal da Cidade de Moscovo. Antes de ser nomeada para o cargo atual, foi juíza do Tribunal Distrital de Tverskoy, na cidade de Moscovo. Na qualidade de juíza do Tribunal Distrital de Tverskoy, na cidade de Moscovo, recusou aceitar uma queixa contra o procurador-geral Yuri Chaika e o presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin, apresentada por Alexei Navalny e pela Fundação Anticorrupção. A queixa de Alexei Navalny constituiu uma das várias tentativas de processar Yuri Chaika por difamação, na sequência do lançamento, pela Fundação Anticorrupção de Alexei Navalny, de um documentário de investigação que acusava os familiares de Yuri Chaika de envolvimento em atividades ilegais. Por conseguinte, Tatiana Molitvina é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão, e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
25.	Tatiana Anatolevna PETROVA (Татьяна Анатольевна ПЕТРОВА)	Cargo: vice-presidente do Supremo Tribunal da Federação da Rússia Data de nascimento: 27.7.1961 Local de nascimento: Sychevka, região de Smolensk Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Tatiana Petrova é vice-presidente do Supremo Tribunal da Federação da Rússia. Na qualidade de membro do Presidium do Supremo Tribunal da Federação da Rússia, em abril de 2018, confirmou o veredicto contra o político da oposição Alexei Navalny e o seu irmão Oleg no “processo Yves Rocher”, apesar de, em outubro de 2017, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos ter decidido que a Rússia havia violado o direito dos irmãos Navalny a um processo equitativo e a uma pena equitativa. Consequentemente, Alexei Navalny foi considerado culpado e, em resultado disso, anos mais tarde, foi preso numa colónia penal de alta segurança, a fim de o impedir de participar em atividades políticas. Por conseguinte, Tatiana Petrova é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão, e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
26.	Sergei Vladimirovich BOGDANOV (Сергей Владимирович БОГДАНОВ)	Cargo: procurador do Estado do <i>oblast</i> de Kirov Data de nascimento: provavelmente, 1973 Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Sergei Bogdanov é procurador do Estado do <i>oblast</i> de Kirov, na Rússia. Representou a Procuradoria do Estado em várias audiências do tribunal contra Alexei Navalny e Pyotr Ofitserov, no âmbito do “processo Kirovles”. Em julho de 2013, pediu a condenação de Alexei Navalny a seis anos de prisão numa colónia de regime geral e de Pyotr Ofitserov a cinco anos. Além disso, a Procuradoria do Estado impôs a cada um dos arguidos uma pena adicional sob a forma de uma multa no valor de um milhão de RUB. Em dezembro de 2016, o procurador do Estado Sergei Bogdanov apresentou uma “acusação semelhante” à que tinha sido apresentada em 2013, não obstante o Supremo Tribunal da Federação da Rússia, no seguimento de uma decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), ter revogado a sentença imposta a Alexei Navalny e Pyotr Ofitserov e pedido um novo julgamento. Em fevereiro de 2017, no novo julgamento do “processo Kirovles”, o procurador Sergei Bogdanov proferiu um discurso semelhante ao que havia proferido em 2013 e apenas acrescentou um comentário referente às decisões de revogação das sentenças de Alexei Navalny e Pyotr Ofitserov proferidas pelo TEDH e pelo Supremo Tribunal da Federação da Rússia. Na opinião de Sergei Bogdanov, a referência a estas decisões não tinha base jurídica, uma vez que estava em curso um julgamento independente, e o veredicto do TEDH não tinha força predeterminada. Consequentemente, o tribunal considerou Alexei Navalny e Pyotr Ofitserov culpados, tendo condenado cada um deles a uma pena suspensa de cinco e quatro anos de prisão, respetivamente, e a uma multa de 500 000 RUB. Por conseguinte, Sergei Bogdanov é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
27.	Ekaterina Sergeevna FROLOVA (Екатерина Сергеевна ФРОЛОВА)	Cargo: procuradora do Estado da Procuradoria-Geral Data de nascimento: por volta de 1988 Nacionalidade: russa Sexo: feminino Entidades associadas: departamento de justiça penal da Procuradoria de Moscovo	Ekaterina Frolova é procuradora do Estado na Procuradoria-Geral. Em 2020, foi promovida do distrito administrativo central, tendo passado a procuradora do departamento de justiça penal da Procuradoria de Moscovo. Nesse cargo, exerceu as funções de procuradora em vários processos contra Alexei Navalny. Em fevereiro de 2021, apoiou, em tribunal, a substituição da pena suspensa de Alexei Navalny por uma pena de prisão efetiva no “processo Yves Rocher”, apesar de Alexei Navalny estar a ser tratado na clínica Charité, de a sua pena suspensa já ter expirado e da decisão do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Nesse mesmo mês, Ekaterina Frolova solicitou ao tribunal que considerasse Alexei Navalny culpado por difamação de Ignat Artemenko, veterano da Segunda Guerra Mundial. Após participar no julgamento de Alexei Navalny, Ekaterina Frolova foi promovida a procuradora do Estado na Procuradoria-Geral. Por conseguinte, Ekaterina Frolova é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
28.	Mikhail Yurevich KAZAKOV (Михаил Юрьевич КАЗАКОВ)	Cargo: juiz do Tribunal da Cidade de Moscovo Data de nascimento: 9.2.1976 Nacionalidade: russa Sexo: masculino Entidades associadas: Tribunal da Cidade de Moscovo	Mikhail Kazakov é um juiz russo que trabalha no Tribunal da Cidade de Moscovo. Nos processos destinados a classificar a Fundação Anticorrupção, a sua entidade jurídica, a Fundação para a Proteção dos Direitos dos Cidadãos e o movimento “Navalny Headquarters” como organizações extremistas, Mikhail Kazakov tornou os elementos do processo classificados, impedindo que Alexei Navalny e os seus advogados tivessem acesso aos mesmos. Em dezembro de 2021, Mikhail Kazakov decidiu a favor da liquidação da Memorial Human Rights Defence Center e das suas unidades estruturais. Por conseguinte, Mikhail Kazakov é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo violações da liberdade de associação e da liberdade de opinião e de expressão, e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
29.	Alexander Alexandrovich KEMEROV (Александр Александрович КЕМЕРОВ)	Cargo: investigador na Comissão de Investigação da Federação da Rússia da região de Kemerovo Data de nascimento: 27.9.1984 Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Alexander Kemerov é investigador na Comissão de Investigação da Federação da Rússia da região de Kemerovo — Kuzbass. Nessa qualidade, esteve envolvido no processo por extremismo forjado contra os apoiantes de Alexei Navalny, incluindo Vadim Ostanin, antigo chefe do movimento “Navalny Headquarters”, em Barnaul — e no processo por fraude forjado contra o próprio Alexei Navalny. Alexander Kemerov exerceu pressão sobre Fyodor Gorozhanko, antigo funcionário da Fundação Anticorrupção de Alexei Navalny, para que testemunhasse contra Alexei Navalny e o incriminasse. Por conseguinte, Alexander Kemerov é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, por prisões ou detenções arbitrárias. Também é responsável por atropelos ou violações da liberdade de opinião e de expressão e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
30.	Valentin Valentinovich ERSHOV (Валентин Валентинович ЕРШОВ)	Cargo: vice-presidente do Tribunal Regional de Moscovo Data de nascimento: 8.4.1985 Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Valentin Ershov é vice-presidente do Tribunal Regional de Moscovo. Anteriormente, foi juiz no Tribunal Distrital de Presnensky, em Moscovo e, depois, juiz no Tribunal Regional de Moscovo. Na qualidade de vice-presidente do Tribunal Regional de Moscovo, recusou-se a tramitar um processo instaurado por Alexei Navalny e a sua Fundação Anticorrupção contra o procurador-geral Yuri Chaika e o conselho editorial do jornal eletrónico “Ekho Moskv” para proteção da honra, dignidade e reputação empresarial. Por conseguinte, Valentin Ershov é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão, e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
31.	Ruslan Shavkyatovich NEVEROV (Руслан Шавкатович НЕВЕРОВ)	Cargo: investigador de casos especialmente importantes no serviço zonal de primeiro controlo da divisão de controlo processual e criminalística do Departamento Principal de Investigação Militar da Comissão de Investigação, coronel da Justiça Data de nascimento: 22.6.1979 Nacionalidade: russa N.º de telefone: +7-905-503-1997	Ruslan Neverov é investigador de casos especialmente importantes no serviço zonal de primeiro controlo da divisão de controlo processual e criminalística do Departamento Principal de Investigação Militar da Comissão de Investigação. Nessa qualidade, em março de 2021, no processo junto do 235.º Tribunal Militar de Guarnição, Ruslan Neverov solicitou que fosse arquivada uma queixa relativa à inércia do Departamento Principal de Investigação Militar da Comissão de Investigação no caso de envenenamento de Alexei Navalny com o agente neurotóxico Novichok em 2020. O Tribunal aceitou arquivar a queixa de Navalny. Por conseguinte, Ruslan Neverov é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
32.	Elena Alekseevna KOROBKOVA (Елена Алексеевна КОРОБКОВА)	Cargo: chefe do Departamento para a Execução de Penas que não Implicam o Isolamento de Condenados da Sociedade Data de nascimento: 4.10.1970 Sexo: feminino N.º de telefone: +7-916-456-3230	Elena KOROBKOVA é chefe do Departamento para a Execução de Penas que não Implicam o Isolamento de Condenados da Sociedade. Em 2020, Alexei Navalny, líder da oposição russa e ativista anticorrupção, foi envenenado com o agente neurotóxico Novichok e consequentemente hospitalizado em estado grave em Berlim, na Alemanha. Devido ao seu estado de saúde, não pôde comparecer na inspeção ordenada pelo Serviço Penitenciário Federal da Federação da Rússia (FSIN). No seguimento desse facto, em 29 de dezembro de 2020, a Inspeção Penitenciária do Serviço Penitenciário Federal da Rússia, em Moscovo, apresentou ao tribunal um pedido para que revogasse a pena suspensa de Alexei Navalny e executasse a sentença imposta pelo tribunal. Na qualidade de representante do FSIN, Elena Korobkova solicitou que a pena suspensa do ativista da oposição fosse substituída por uma pena de prisão efetiva. Por conseguinte, Elena Korobkova é responsável por violações graves dos direitos humanos na Rússia, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
33.	Margarita Nikolaevna KOTOVA (Маргарита Николаевна КОТОВА)	Cargo: juíza do Tribunal da Cidade de Moscovo, antiga juíza do Tribunal Distrital de Lefortovsky, em Moscovo Data de nascimento: 25.6.1984 Nacionalidade: russa Sexo: feminino Endereço: Severodvinskaya Street, 11 Bldg. 1, Moscow, Rússia, 127224 N.º de contribuinte: 771508948129 N.º de telefone: +7-926-288-0049	Margarita Kotova é juíza do Tribunal da Cidade de Moscovo. Até 2022, foi juíza do Tribunal Distrital de Lefortovsky, em Moscovo. No desempenho das suas anteriores funções, a juíza Margarita Kotova considerou Alexei Navalny culpado num tribunal dentro da prisão de segurança máxima de Pokrov, a 100 quilómetros a leste de Moscovo, onde Navalny já se encontrava a cumprir uma pena de dois anos e meio por violar a liberdade condicional enquanto recuperava de envenenamento. A juíza condenou Alexei Navalny a uma pena de prisão de nove anos numa colónia de segurança máxima e a uma multa de 1,2 milhões de RUB, num processo com base em acusações falsas por fraude e ofensa ao tribunal. Alexei Navalny foi também acusado de cometer fraude relativa a donativos e de insultar um juiz. Além disso, Margarita Kotova prolongou, com base em motivações falsas, a prisão preventiva de um homem pelas suas opiniões pró-ucranianas, em violação dos seus direitos de defesa. Por conseguinte, Margarita Kotova é responsável por violações graves dos direitos de defesa e do direito à liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática na Rússia e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
34.	Nadezhda Viktorovna TIKHONOVA (Надежда Викторовна ТИХОНОВА)	Cargo: procuradora na Procuradoria-Geral da Federação da Rússia Data de nascimento: 23.9.1974 Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Nadezhda Tikhonova é procuradora na Procuradoria-Geral da Federação da Rússia. Nadezhda Tikhonova pediu a um tribunal que Alexei Navalny fosse considerado culpado e condenado a 13 anos de prisão e dois anos de restrição da liberdade, com uma multa de 1,2 milhões de RUB, num processo por fraude forjado em que foi acusado de recolher donativos para os trabalhos da Fundação Anticorrupção, bem como de desrespeitar o tribunal. Por conseguinte, Nadezhda Tikhonova é responsável por violações graves dos direitos da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
35.	Viktor Vladimirovich ROGOV (Виктор Владимирович РОГОВ)	Cargo: juiz do Primeiro Tribunal de Recurso de Competência Geral Data de nascimento: 26.5.1965 N.º de telefone: +7-919-075-0024	Viktor Rogov é juiz do Primeiro Tribunal de Recurso de Competência Geral. Manteve as penas aplicadas ao político Alexei Navalny e a Daniel Kholodny, diretor técnico do canal de YouTube “Navalny LIVE”. O Tribunal da Cidade de Moscovo considerou Alexei Navalny culpado por criar uma ONG que viola os direitos dos cidadãos, financiando o extremismo, criando uma comunidade extremista, envolvendo menores na prática de atos perigosos e reabilitando o nazismo. Alexei Navalny foi condenado a 19 anos de prisão numa colónia de regime especial, com uma multa de 500 000 RUB. Daniel Kholodny foi considerado culpado por financiar atividades extremistas e participar em atividades de uma organização extremista, tendo sido condenado a oito anos de prisão numa colónia de regime geral. Depois de serem condenados, Alexei Navalny e Daniel Kholodny recorreram da decisão do tribunal junto do Primeiro Tribunal de Recurso, em Moscovo, tendo o juiz Viktor Rogov rejeitado o recurso e mantido a decisão original. Viktor Rogov manteve também a decisão de sentenciar o líder da oposição, Vladimir Kara-Murza, a 25 anos de prisão numa colónia penal de segurança máxima por alta traição, envolvimento em atividades de um grupo indesejável e desacreditação das forças armadas russas. Por conseguinte, Viktor Rogov é responsável por violações graves da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
36.	Denis Gennadievich POPOV (Денис Геннадьевич ПОПОВ)	Cargo: procurador da cidade de Moscovo Data de nascimento: 12.1.1972 Local de nascimento: Sverdlovsk Nacionalidade: russa Sexo: masculino N.º de contribuinte: 770970517335	Denis Popov é procurador da cidade de Moscovo. Foi nomeado pelo presidente Vladimir Putin em 2019. Denis Popov é responsável por organizar a acusação, pela Procuradoria do Estado contra Alexei Navalny e outros líderes da oposição e ativistas políticos em Moscovo. Supervisionou diretamente o reconhecimento como estruturas extremistas das organizações criadas por Alexei Navalny para apoiar as suas atividades políticas. Por conseguinte, Denis Popov é responsável por atropelos ou violações graves dos direitos humanos, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
37.	Alina Vladimirovna IBRAGIMOVA (Елена Владимировна ИБРАГИМОВА)	Cargo: juíza do Tribunal Distrital de Kirovsky, em São Petersburgo Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Na qualidade de juíza do Tribunal Distrital de Kirovsky, em São Petersburgo, Alina Ibragimova condenou Olga Smirnova, uma arquiteta e ativista política, a um mês de prisão com base em acusações com motivações políticas, por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Olga Smirnova foi presa por fazer publicações contra a guerra nas redes sociais, num grupo do VK. Por conseguinte, Alina Ibragimova é responsável por violações graves da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
38.	Olesya Igorevna KABOCHKINA (Олеся Игоревна КАБОЧКИНА)	Cargo: procuradora-adjunta do distrito de Kalininsky, em São Petersburgo Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Na qualidade de procuradora-adjunta do distrito de Kalininsky, em São Petersburgo, Olesya Kabochkina pediu a condenação de Ioann Kurmoyarov, um bloguista e padre, a uma pena de sete anos de prisão com base em acusações com motivações políticas, por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Ioann Kurmoyarov foi preso por publicar conteúdos de vídeo em diferentes plataformas de média sociais em que criticava a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia com base no pacifismo cristão e na teologia ortodoxa. Olesya Kabochkina é também procuradora no processo contra Evgeny Bestuzhev, que foi detido por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Por conseguinte, Olesya Kabochkina é responsável por violações graves dos direitos humanos, incluindo a violação da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
39.	Ulyana Andreyevna KALUGINA (Ульяна Андреевна КАЛУГИНА)	Cargo: procuradora-adjunta do distrito de Kalininsky, em São Petersburgo Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Na qualidade de procuradora-adjunta do distrito de Kalininsky, em São Petersburgo, Ulyana Kalugina pediu que Viktoria Petrova, uma gestora, fosse submetida a medidas médicas forçadas com base em acusações com motivações políticas, por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Viktoria Petrova foi presa por partilhar vídeos do YouTube contra a guerra, nomeadamente conteúdos de Maksim Kants, de Aleksandr Nevzorov e do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, na sua página pessoal do VK. Ulyana Kalugina interveio também como procuradora no início do processo contra Ioann Kurmoyarov, tendo pedido uma pena de prisão por divulgação de supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Por conseguinte, Ulyana Kalugina é responsável por violações graves do direito da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
40.	Dmitry Alekseyevich MIHAILOV (Дмитрий Алексеевич МИХАЙЛОВ)	Cargo: juiz do Supremo Tribunal da República da Carélia, em Petrozavodsk Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Na qualidade de juiz do Supremo Tribunal da República da Carélia, em Petrozavodsk, Dmitry Mihailov condenou Sergey Drugov, um bloguista e ativista, a dois anos de trabalhos forçados com base em acusações com motivações políticas, por suposta “reabilitação do nazismo”. Sergey Drugov foi preso por partilhar publicações contra a guerra no seu canal de Telegram, que era seguido por cerca de 67 pessoas. Por conseguinte, Dmitry Mihailov é responsável por violações graves dos direitos humanos, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
41.	Natalya Vladimirovna PETROVA (Наталья Владимировна ПЕТРОВА)	Cargo: juíza do Tribunal Distrital de Kirovsky, em São Petersburgo Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Na qualidade de juíza do Tribunal Distrital de Kirovsky, em São Petersburgo, Natalya Petrova condenou Olga Smirnova, uma arquiteta e ativista política, a seis anos de prisão com base em acusações com motivações políticas, por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Olga Smirnova foi presa por fazer publicações contra a guerra nas redes sociais, num grupo do VK. Por conseguinte, Natalya Petrova é responsável por violações graves dos direitos humanos, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
42.	Gennadi Yuvinaliyevich PILEHIN Геннадий Ювиналиевич ПИЛЕХИН	Cargo: juiz do Tribunal Distrital de Kalininsky, em São Petersburgo Data de nascimento: 11.8.1972 Nacionalidade: russa Sexo: masculino Endereço: st. Vosstaniya, 17, St. Petersburg, Russia, 191036 Apartment 2	Na qualidade de juiz do Tribunal Distrital de Kalininsky, em São Petersburgo, Gennadi Pilehin condenou Viktoria Petrova, uma gestora, a medidas médicas forçadas com base em acusações com motivações políticas, por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Viktoria Petrova foi presa por partilhar vídeos do YouTube contra a guerra, nomeadamente conteúdos de Maksim Kants, de Aleksandr Nevzorov e do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, na sua página pessoal do VK. Por conseguinte, Gennadi Pilehin é responsável por violações graves dos direitos humanos, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
43.	Ekaterina Feliksovna TIAMINA (Екатерина Феликсовна ТЯМИНА)	Cargo: juíza do Tribunal Distrital de Kalininsky, em São Petersburgo Nacionalidade: russa Sexo: feminino	Na qualidade de juíza do Tribunal Distrital de Kalininsky, em São Petersburgo, Ekaterina Tiamina condenou Ioann Kurmoyarov, um bloguista e padre, a três anos de prisão com base em acusações com motivações políticas, por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Ioann Kurmoyarov foi preso por publicar conteúdos de vídeo em diferentes plataformas de média sociais em que criticava a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia com base no pacifismo cristão e na teologia ortodoxa. Ekaterina Tiamina também prorrogou o encarceramento de Viktoria Petrova, uma gestora, com base em acusações com motivações políticas, por divulgar supostas “notícias falsas” sobre o exército russo. Petrova foi presa por partilhar vídeos do YouTube contra a guerra, nomeadamente conteúdos de Maksim Kants, de Aleksandr Nevzorov e do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, na sua página pessoal do VK. Por conseguinte, Ekaterina Tiamina é responsável por violações graves do direito da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
44.	Vyacheslav Vasilyevich VITUKHIN (Вячеслав Васильевич ВИТУХИН)	Cargo: procurador da Procuradoria do distrito de Petrozavodsk, República da Carélia Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Na qualidade de procurador da Procuradoria do distrito de Petrozavodsk, República da Carélia, Vyacheslav Vitukhin pediu a condenação de Sergey Drugov, um bloguista e ativista, a uma pena de dois anos de prisão com base em acusações com motivações políticas, por suposta “reabilitação do nazismo”. Sergey Drugov foi preso por partilhar publicações contra a guerra no seu canal de Telegram, que era seguido por cerca de 67 pessoas. Por conseguinte, Vyacheslav Vitukhin é responsável por violações graves dos direitos humanos, incluindo violações da liberdade de opinião e de expressão, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025
45.	Yulia Viacheslavovna SHILOVA (Юлия Вячеславовна ШИЛОВА)	Cargo: juíza federal do Tribunal Distrital de Petushinsky, na Rússia Nacionalidade: russa Data de nascimento: 28.9.1990 Local de nascimento (localidade, país): Tulaga, <i>oblast</i> de Gorkovskaya, URSS (atualmente: <i>oblast</i> de Nizhegorodskaya, Federação da Rússia) Sexo: feminino	Yulia Shilova é uma juíza federal do Tribunal Distrital de Petushinsky, na Rússia. Foi nomeada em 2022 por decreto de Vladimir Putin. Yulia Shilova foi a juíza designada para um processo com motivações políticas, a saber, o julgamento dos três advogados do falecido Alexei Navalny: V. Kobzev, I. Sergunin e A. Liptser. Esses advogados foram presos em outubro de 2023, quando ainda decorriam os julgamentos contra Alexei Navalny. Os processos judiciais contra os advogados decorreram à porta fechada, de setembro de 2024 até finais de dezembro de 2024. O julgamento ficou pautado por procedimentos arbitrários e injustos autorizados por Yulia Shilova, incluindo audiências à porta fechada, tendo Yulia Shilova proferido, numa base arbitrária, a decisão de condenar os advogados do falecido Alexei Navalny. A juíza Yulia Shilova condenou arbitrariamente os três advogados de Alexei Navalny com base em alegadas “atividades extremistas”. Por conseguinte, Yulia Shilova é responsável por violações graves do direito da liberdade de opinião e de expressão e do direito a um julgamento imparcial, bem como pela repressão da sociedade civil, e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
46.	Andrei Valerievich KATKOV (Андрей Валерьевич КАТКОВ)	Cargo: chefe do Departamento dos Procuradores do Estado da Procuradoria da região de Vladimir, na Rússia Nacionalidade: russa Data de nascimento: 28.8.1979 Local de nascimento (localidade, país): desconhecido Sexo: masculino	Andrei Katkov é chefe do Departamento dos Procuradores do Estado da Procuradoria da região de Vladimir, na Rússia. Andrei Katkov foi procurador no processo com motivações políticas instaurado contra os três advogados do falecido Alexei Navalny: V. Kobzev, I. Sergunin e A. Liptser. Os advogados foram presos em outubro de 2023, quando ainda decorria o julgamento de Alexei Navalny. Os processos judiciais contra os advogados decorreram à porta fechada, de setembro de 2024 até finais de dezembro de 2024. Na qualidade de procurador do Estado, Andrei Katkov pediu para os advogados penas máximas com base em motivos arbitrários, fundamentando as suas alegações em informações que violam o sigilo profissional entre advogado e cliente. As acusações tinham motivações políticas e centravam-se na “comunidade extremista” à qual, segundo a fundamentação de Andrei Katkov, os advogados de Alexei Navalny pertenciam. O julgamento ficou pautado por procedimentos arbitrários e injustos e a decisão de condenar os advogados do falecido Alexei Navalny foi proferida numa base arbitrária pela juíza designada para o processo. Por conseguinte, Andrei Katkov é responsável por violações graves do direito da liberdade de opinião e de expressão e do direito a um julgamento imparcial, bem como pela repressão da sociedade civil, e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025

	Nome	Elementos de identificação	Exposição de motivos	Data de inclusão na lista
47.	Natalia Vladimirovna BORISENKOVA (Наталья Владимировна БОРИСЕНКОВА)	Cargo: juíza e vice-presidente do Tribunal Distrital de Nagatinsky, em Moscovo, Rússia Nacionalidade: russa Data de nascimento: 12.8.1979 Local de nascimento (localidade, país): desconhecido, Federação da Rússia Sexo: feminino	Natalia Borisenkova é juíza e vice-presidente do Tribunal Distrital de Nagatinsky, em Moscovo, Rússia. Foi nomeada em 2012 por decreto do presidente Vladimir Putin. Natalia Borisenkova foi a juíza designada para um processo com motivações políticas, a saber, o julgamento respeitante a quatro jornalistas, K. Gabov, S. Karelin, A. Kriger e A. Favorskaya, que escreveram sobre o falecido Alexei Navalny. Os processos judiciais contra os jornalistas decorreram à porta fechada, de agosto de 2024 a 15 de abril de 2025. A juíza Natalia Borisenkova condenou os quatro jornalistas a penas de cinco anos e meio de prisão pelo seu alegado “envolvimento num ‘grupo extremista’”, a saber, a Fundação Anticorrupção (FBK) do falecido Alexei Navalny. O julgamento ficou pautado por procedimentos arbitrários e injustos autorizados por Natalia Borisenkova, tendo as audiências decorrido à porta fechada. A decisão de condenar os jornalistas foi proferida por Natalia Borisenkova numa base arbitrária, tendo a juíza invocado alegadas “atividades extremistas”, alegação amplamente utilizada na Rússia contra grupos de oposição. Por conseguinte, Natalia Borisenkova é responsável por violações graves do direito da liberdade de opinião e de expressão e do direito a um julgamento imparcial, pela repressão da sociedade civil e da oposição democrática e por atividades que comprometem seriamente o Estado de direito na Rússia.	20.5.2025».